

**DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA À PRÁTICA ESCOLAR: O(S)  
Impacto(S) da Lei N° 10.639 no Ensino da Leitura  
Literária Digital**

**FROM PEDAGOGICAL MEDIATION TO SCHOOL PRACTICE: The  
Impact(S) of Law No. 10,639 on the Teaching of  
Digital Literary Reading**

**Miriam Laudicéa Leal Pereira<sup>1</sup>**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR  
lealmiriam12@yahoo.com.br

**Fernanda de Castro<sup>2</sup>**

Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho  
mobilizadireito@gmail.com

**RESUMO:**

O artigo analisa a mediação pedagógica e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no ensino da leitura literária digital, com ênfase na literatura afro-brasileira, em consonância com a Lei nº 10.639/2003 e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. O aporte teórico fundamenta-se em autores como Cândido (2004), Quijano (2005), Akotirene (2019), Collins e Bilge (2020), Adichie (2019), Santaella (2004) e Byung-Chul Han (2020) que oferecem elementos para compreender as relações entre cibercultura, literatura e interseccionalidade. O estudo descreve experiências pedagógicas realizadas em escolas públicas do interior da Bahia, como o projeto *Rima Comigo*, o *Faça Bonito Sempre*, o uso de *blogs* literários e o projeto de extensão *Escola como espaço de resistência*. As análises indicam que a interseccionalidade, quando aplicada ao contexto pedagógico, não apenas atende à obrigatoriedade legal de inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo, mas também contribui para a formação de leitores críticos, conscientes e socialmente engajados. Conclui-se que a mediação docente, aliada ao uso intencional das TDIC, amplia as possibilidades didáticas e consolida a escola pública como espaço de resistência, justiça social e valorização da diversidade cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Leitura literária digital. Interseccionalidade. Educação antirracista. TDIC. Lei 10.639/2003

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal Baiano –Campus Catu (Ba). Estudante do Curso de Pós-Graduação em Métodos e Técnicas de Ensino do *Campus Boa Vista Zona Oeste*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. *E-mail*: lealmiriam12@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho". Professora Orientadora de TCC do *Campus Boa Vista Zona Oeste*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Advogada na Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Franca, São Paulo. *e-mail*: mobilizadireito@gmail.com

**ABSTRACT:**

*This article analyzes pedagogical mediation and the use of Digital Information and Communication Technologies (DICT) in teaching digital literary reading, with emphasis on Afro-Brazilian literature, in line with Law 10.639/2003 and the guidelines of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC, 2018). The theoretical framework is based on Candido (2004), Quijano (2005), Akotirene (2019), Collins and Bilge (2020), Adichie (2019), Santaella (2004), and Byung-Chul Han (2020), who provide insights into the intersections between cyberculture, literature, and intersectionality. The study presents pedagogical experiences carried out in public schools in the countryside of Bahia, such as the Rima Comigo project, the Faça Bonito Sempre e-book, the use of literary blogs, and the extension project School as a Space of Resistance. The analyses indicate that intersectionality, when applied to the pedagogical context, not only meets the legal requirement of including Afro-Brazilian history and culture in the curriculum but also contributes to the formation of critical, conscious, and socially engaged readers. It is concluded that teacher mediation, combined with the intentional use of DICT, expands didactic possibilities and consolidates public schools as spaces of resistance, social justice, and the appreciation of cultural diversity.*

**KEYWORDS:**

*Digital literary reading. Intersectionality. Antiracist education. DICT. Law 10.639/2003.*

## INTRODUÇÃO

Na atualidade, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) emergem como ferramentas fundamentais para a socialização e difusão de práticas de leitura na cultura digital. A mediação pedagógica se torna essencial para superar as fragilidades nas experiências de leitura, considerando três dimensões importantes na formação leitora: cultura letrada, fluência e compreensão.

A cultura letrada é a base para a construção do conhecimento, enquanto a fluência é o resultado da prática constante e diversificada com textos, que incluam livros digitais e gêneros variados. A compreensão leitora, por sua vez, está diretamente ligada ao envolvimento dos alunos com a tecnologia, permitindo que a escola integre o interesse pessoal à leitura no ambiente digital. Este espaço é amplamente frequentado pelos estudantes e propicia o acesso ao capital cultural, alinhando-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

Nesse cenário, o presente artigo, inserido na área da Educação, com ênfase em práticas pedagógicas mediadas por tecnologias e em estudos étnico-raciais, delimita-se a investigar os impactos da Lei nº 10.639/03 no ensino da leitura literária digital. Essa investigação busca compreender de que forma a mediação pedagógica pode contribuir para promover práticas de leitura literária digital que valorizem a literatura afro-brasileira no contexto escolar.

Ao centrar-se nas práticas de mediação docente e na legislação que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, a pesquisa propõe-se a analisar o papel da escola na construção de leitores críticos e conscientes, capazes de dialogar com a diversidade de vozes e narrativas presentes na literatura digital contemporânea.

O objetivo geral consistiu em analisar como a mediação pedagógica pode potencializar o ensino da leitura literária digital, com enfoque na literatura afro-brasileira, e avaliar os impactos da Lei 10.639/03 na prática escolar, promovendo uma educação crítica que valorize a diversidade cultural.

Enquanto objetivos específicos destacam-se: refletir sobre os dispositivos da Lei nº 10.639/03 e sua implementação nas escolas, identificando sua influência; identificar e descrever práticas de mediação pedagógica utilizadas no ensino da leitura literária digital, enfatizando o papel do educador na construção de um ambiente inclusivo e crítico e elaborar diretrizes e sugestões de práticas pedagógicas para promover a leitura literária digital em sala de aula, respeitando e valorizando a diversidade cultural dos estudantes-leitores na atualidade.

A discussão sobre práticas pedagógicas emancipatórias, ancoradas na perspectiva da interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins e Bilge, 2020), encontra na escola pública um território privilegiado de resistência, sobretudo em contextos do interior baiano, onde desigualdades de classe, raça e gênero se entrecruzam de maneira estrutural. Nesse cenário, surgem experiências que demonstram como a prática docente, articulada a projetos de formação e extensão, pode produzir deslocamentos significativos nas formas de ensinar e aprender, tensionando o cânone e ampliando os repertórios críticos de estudantes e professores.

Entre essas experiências, destacam-se: o projeto “Rima Comigo”, que resultou em um *e-book*, no qual estudantes do Ensino Médio elaboraram coletivamente poesias e narrativas a partir de suas vivências; a utilização de *blogs* literários em uma escola do interior da Bahia, que descentralizou o cânone e abriu espaço para a literatura afro-brasileira e periférica; o projeto de extensão “Escola como espaço de resistência”, que consolidou a escola como lócus de (re)existência por meio de práticas culturais, rodas de conversa e produções audiovisuais; e a experiência de formação continuada com professores do Ensino Fundamental II, registrada no material “Faça Bonito Sempre”, que demonstrou a potência da interseccionalidade como prática cotidiana de resistência.

A partir do exposto, o estudo levanta a seguinte questão norteadora: Qual o impacto da mediação pedagógica na construção de práticas de leitura literária digital, com enfoque na literatura afro-brasileira, em consonância com a Lei 10.639/2003, e quais as implicações para a formação de leitores críticos e conscientes no contexto da cibercultura? É essa pergunta que guiará a reflexão sobre as práticas pedagógicas de inclusão e diversidade na escola.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### **Literatura Afro-brasileira: interconexões e valorização da diversidade**

Para organizar os pressupostos deste estudo, foram identificadas e categorizadas interconexões essenciais entre diversos aspectos que evidenciam a importância da literatura afro-brasileira e suas implicações na educação contemporânea.

A literatura afro-brasileira desempenha um papel fundamental na formação da identidade cultural e na valorização da diversidade no Brasil, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das experiências afrodescendentes. Além disso, a inclusão dessa literatura desafia o cânone eurocêntrico predominante, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa, como discutido por autores como Aníbal Quijano (2005) e Antônio Cândido (2004). Dessa forma, a pesquisa busca responder à questão: quais práticas de leitura literária vêm sendo mobilizadas na escola para que a literatura afro-brasileira seja potencializada por meio de um *blog*?

A discussão em torno da Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina, por Aníbal Quijano (2005), é fundamental para análise da literatura afro-brasileira e suas interconexões com a valorização da diversidade cultural. Aníbal Quijano (2005) propõe que a colonialidade, que persiste mesmo após a independência política da América Latina, configura-se em relações de poder que perpetuam a marginalização de saberes e subjetividades não-eurocêntricas. No contexto da literatura afro-brasileira, essa reflexão é crucial, pois traz à tona como as narrativas e as vozes afrodescendentes são frequentemente silenciadas ou subalternizadas dentro de um sistema cultural hegemônico que privilegia a produção de conhecimento ocidental.

Com isso, Aníbal Quijano (2005) aborda a perspectiva histórica e crítica ao analisar a colonialidade do poder e seus impactos na produção do conhecimento. O autor demonstra como a imposição de um cânone literário eurocêntrico serviu para perpetuar desigualdades e

hierarquias sociais. Ao incluir a literatura afro-brasileira no currículo escolar, a pesquisa busca contribuir para a descolonização do conhecimento e para a valorização da diversidade cultural.

Sequenciando a abordagem sobre o eurocentrismo, Aníbal Quijano (2005) mostra que a construção da identidade e da criação literária em países latino-americanos, particularmente no Brasil, é indissociável das relações históricas de colonização e desigualdade racial. A análise das obras afro-brasileiras deve, portanto, considerar como esses textos reagem e se opõem a essa colonialidade do poder, oferecendo novas perspectivas que enriquecem o panorama literário nacional e promovem a valorização da diversidade cultural.

A literatura afro-brasileira não só expõe as realidades vividas pelos sujeitos negros, mas também contribui para a desconstrução de narrativas eurocêntricas, reafirmando a importância dos saberes e as estéticas africanas na formação da identidade brasileira contemporânea. Assim, a obra de Aníbal Quijano (2005) se torna um referencial essencial para a crítica literária que busca compreender e valorizar essas interconexões.

Por outro lado, Antônio Cândido (2004) traz à tona a reflexão sobre a função da literatura na sociedade e sua capacidade de universalizar experiências e conhecimentos. A partir de uma perspectiva que enfatiza a diversidade cultural, o autor oferece uma base teórica relevante para a análise da literatura afro-brasileira, contribuindo para a valorização das vozes marginalizadas da nossa cultura. O autor argumenta ainda que a literatura não deve ser entendida apenas como um produto artístico, mas também como um espaço de resistência, onde diferentes narrativas podem emergir e dialogar.

Essa ideia é crucial ao considerarmos a literatura afro-brasileira, que muitas vezes é silenciada ou sub-representada nos cânones literários tradicionais. A contínua reflexão de Antônio Cândido (2004) destaca que "todo ser humano tem o direito de escrever e ter sua voz ouvida" (p. 193), o que se torna um chamado à inclusão de escritores afro-brasileiros e suas narrativas únicas.

Assim, ao analisar a interconexão entre a literatura e a sociedade, destaca-se que a literatura é um reflexo das tensões sociais e culturais, proporcionando ao leitor uma nova maneira de ver o mundo (CÂNDIDO, 2004).

Essa proposta de uma literatura como campo de debate e transformação é especialmente pertinente para a literatura afro-brasileira, que constantemente dialoga com a história da

opressão, da resistência e da busca por identidade.

### **Literatura Afro-brasileira, Memória e Mediação Digital: o direito à leitura crítica em tempos de cibercultura**

A literatura afro-brasileira ocupa um lugar fundamental na reconstrução da história e na valorização das narrativas silenciadas ao longo dos séculos. Nesse contexto, a memória, a oralidade e a ancestralidade emergem como pilares essenciais para uma abordagem pedagógica que promova a equidade racial e a justiça social. Antônio Cândido (2004), ao refletir sobre o direito à literatura, destaca que o acesso à leitura literária não deve ser considerado um luxo, mas um direito humano básico, necessário para o pleno desenvolvimento intelectual e emocional dos indivíduos. Para ele, a literatura permite ao sujeito transcender sua realidade imediata, ampliando horizontes e promovendo um processo de humanização.

O autor enfatiza, também, o papel da oralidade e da memória na constituição da tradição literária brasileira, com especial destaque para a cultura afro-brasileira. As experiências vividas transmitidas de geração em geração por meio das palavras faladas, não apenas enriquecem o repertório literário, como consolidam formas de resistência cultural. Assim, integrar a literatura afro-brasileira ao currículo escolar é uma forma de combater a exclusão histórica desses saberes e garantir representatividade no ambiente educacional (CÂNDIDO, 2004).

Nesse sentido, a leitura literária se torna uma via potente de afirmação identitária, fortalecimento da autoestima e resgate das memórias coletivas. Ao proporcionar aos estudantes o contato com narrativas de autoria negra, cria-se um espaço de pertencimento e reconhecimento. A leitura, nesse caso, não é apenas estética, mas política, pois permite que as vozes historicamente marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas.

É nesse contexto que a contribuição de Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 26) se torna crucial. A autora alerta para os perigos da “história única”, aquela que reduz um povo a uma narrativa estereotipada, desconsiderando suas multiplicidades. Para ela, é preciso conhecer as particularidades de um grupo humano para contarmos suas histórias “sem nos distanciarmos da realidade”.

Essa afirmação reforça a urgência de uma prática pedagógica que acolha a diversidade de experiências e evite reproduzir visões simplificadas e hegemônicas. Ao integrar obras afro-

brasileiras nos processos formativos, é possível fomentar múltiplas representações que espelhem a complexidade dos sujeitos negros e periféricos, valorizando suas vivências e histórias.

Ao problematizar a “história única”, Chimamanda Ngozi Adichie (2019) revela como a homogeneização das narrativas atua enquanto mecanismo de poder que reduz identidades complexas a estereótipos fixos. Essa crítica se conecta ao debate educacional, pois a seleção de textos e práticas de leitura em sala de aula pode reforçar ou tensionar essas simplificações.

Quando a escola reproduz apenas um repertório centrado no cânone eurocêntrico, há a legitimação de um único ponto de vista, com o silenciamento de outros modos de narrar o mundo. A inclusão de obras afro-brasileiras e periféricas, nesse contexto, não se trata apenas de diversificar autores, mas de questionar as bases epistemológicas que sustentam as exclusões históricas.

Além disso, o alerta da autora reforça a responsabilidade da mediação pedagógica em criar espaços de leitura que valorizem múltiplas perspectivas e construam representações mais complexas da realidade social. Essa postura se aproxima da perspectiva interseccional, ao reconhecer que raça, classe, gênero e território se entrecruzam na produção de experiências e narrativas (ADICHIE, 2019).

Trabalhar com a literatura afro-brasileira na escola significa legitimar a pluralidade das vozes negras, periféricas e indígenas, ao mesmo tempo em que se promove uma educação crítica que rompe com visões simplificadas. Assim, a prática pedagógica não apenas amplia o repertório literário, mas contribui para a formação cidadã de estudantes capazes de identificar e resistir às narrativas hegemônicas que marginalizam identidades coletivas.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como proposta central investigar como as práticas pedagógicas podem ser transformadas a partir do uso de tecnologias digitais, por meio de *blogs*, para promover a leitura da literatura afro-brasileira, ampliando o acesso e engajamento dos estudantes. A literatura, inserida no espaço virtual encontra novas formas de circulação, interação e apropriação, especialmente entre jovens familiarizados com os códigos da cibercultura.

Os *blogs* ou outros espaços digitais se configuram como ambientes de diálogo, autoria e expressão. Permitem que os estudantes não apenas leiam, mas também escrevam, comentem e compartilhem suas interpretações, promovendo a construção coletiva do conhecimento. Nesse

processo, educadores tornam-se mediadores essenciais, capazes de orientar as leituras, promover debates críticos e conectar os textos literários às vivências dos alunos.

Autores como Lúcia Santaella (2004), Maria de Fátima B. da Cruz (2012) e Isa Mestre (2017) discutem a importância da mediação docente no ambiente digital, destacando que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) não substituem a ação pedagógica, mas a potencializam. Byung-Chul Han (2020), ao tratar da sociedade da transparência e da hiperconectividade, chama a atenção para o uso consciente e ético das redes, reforçando a importância de formar leitores críticos frente aos fluxos massivos de informação.

A reflexão de Lúcia Santaella (2004), Maria de Fátima B. da Cruz (2012) e Isa Mestre (2017) converge para a compreensão de que a presença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TDIC) no espaço escolar exige uma mediação docente que não se limite ao domínio técnico, mas que se oriente pela intencionalidade pedagógica.

O professor, nesse sentido, atua como curador e mediador de experiências de leitura, selecionando, contextualizando e problematizando conteúdos digitais de forma crítica. As TDIC, portanto, não anulam a função docente, mas a ampliam, oferecendo recursos que podem diversificar práticas e alcançar diferentes perfis de estudantes. Essa mediação torna-se indispensável para que a tecnologia não seja reduzida a mero instrumento, mas integrada como meio de construção de saberes, de diálogo intercultural e de valorização das múltiplas vozes presentes na sociedade.

Por outro lado, a análise de Byung-Chul Han (2020) alerta para os riscos da hiperconectividade e da sociedade da transparência, em que a superexposição e o excesso de informações tendem a fragilizar a capacidade crítica dos sujeitos. Nesse contexto, formar leitores conscientes implica desenvolver competências de seleção, interpretação e análise das informações que circulam em redes digitais, evitando tanto a superficialidade quanto a adesão acrítica a discursos hegemônicos.

O papel da escola e do professor, portanto, é o de tensionar esses fluxos, possibilitando que os estudantes compreendam os mecanismos de poder presentes na cultura digital. Essa formação crítica é fundamental para que a leitura no ambiente digital se configure como prática emancipatória, e não como mera reprodução do consumo rápido e fragmentado de informações.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reconhece a importância da leitura literária no processo de formação cidadã e aponta a necessidade de contemplar a diversidade cultural e étnico-racial nas escolhas dos textos. A Lei nº 10.639/2003, ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo, reforça esse compromisso e impõe o desafio de concretizar essa diretriz por meio de práticas significativas.

A implementação dessas diretrizes, entretanto, exige mais do que a simples inserção de textos afro-brasileiros no acervo escolar. Trata-se de pensar práticas pedagógicas que articulem a leitura literária com a realidade social dos estudantes, favorecendo processos de identificação e de valorização das vozes historicamente silenciadas.

Nesse sentido, a literatura afro-brasileira, quando mediada intencionalmente pelo professor, assume uma dupla função: de um lado, amplia o repertório cultural e estético dos alunos; de outro, atua como instrumento crítico de enfrentamento ao racismo estrutural que atravessa as relações escolares e sociais. Assim, a leitura literária deixa de ser vista apenas como conteúdo curricular e se torna um dispositivo de emancipação e afirmação identitária.

Do ponto de vista pedagógico, a articulação entre BNCC e a Lei nº 10.639/2003 demanda práticas mediadas por tecnologias e metodologias ativas, capazes de dialogar com a cibercultura que já faz parte do cotidiano dos estudantes. Projetos interdisciplinares, uso de recursos digitais, *blogs*, clubes de leitura e produções autorais coletivas são exemplos de estratégias que podem ressignificar a leitura literária no contexto escolar. Ao aproximar a literatura afro-brasileira dos universos digitais e das práticas culturais juvenis, a escola fortalece seu papel de espaço de resistência e inclusão, alinhando-se ao que Carla Akotirene (2019) denomina de atravessamentos simultâneos de raça, gênero e classe nos corpos e nas narrativas. Dessa forma, concretiza-se a proposta de uma formação cidadã crítica, que reconhece a diversidade como eixo central do processo educativo.

Nesse panorama, esta pesquisa analisa o impacto dos *blogs* e de outros espaços digitais na transformação das práticas de leitura nas escolas públicas, especialmente naquelas situadas em contextos de vulnerabilidade social. Busca-se compreender como os alunos se apropriam da literatura afro-brasileira no ambiente digital e quais são as implicações dessa experiência para sua formação literária, identitária e crítica. Ao articular as dimensões da memória, oralidade e identidade à mediação tecnológica, pretende-se não apenas discutir a leitura como uma

habilidade escolar, mas como um direito que funda o sujeito e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Assim, a valorização da literatura afro-brasileira através das tecnologias digitais se apresenta como um caminho potente para democratizar o acesso à leitura, promover o diálogo entre tradição e contemporaneidade e ressignificar o espaço escolar como território de múltiplas vozes e saberes.

### **Sugestões Didáticas de Aplicação da Temática em Contexto Pedagógico**

A discussão sobre práticas pedagógicas emancipatórias, ancoradas na perspectiva da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), encontra na escola pública um território privilegiado de resistência, sobretudo em contextos do interior em que a autora se encontra inserida, onde desigualdades de classe, raça e gênero se entrecruzam de maneira estrutural.

Nesse cenário, surgem experiências que demonstram como a prática docente, articulada a projetos de formação e extensão, pode produzir deslocamentos significativos nas formas de ensinar e aprender, tensionando o cânone e ampliando os repertórios críticos de estudantes e professores.

Uma primeira experiência relevante é o projeto *Rima Comigo*, desenvolvido com estudantes negras do Ensino Médio em uma rede, no interior da Bahia. A ação resultou na produção do *e-book*, concebido como produto para docentes e fruto de um processo dialógico e coletivo com estudantes com faixa etária de quinze a dezessete anos de idade.

A utilização da poesia, da oralidade e da memória como dispositivos pedagógicos permitiu que práticas racistas e silenciadoras fossem confrontadas, fortalecendo a autoestima de estudantes negros e suas famílias. Aqui, o que Carla Akotirene (2019, p. 18) chama de “atravessamento simultâneo de raça, classe e gênero nos corpos” aparece como horizonte analítico, pois a prática pedagógica deixa de ser apenas transmissão de conteúdo e se transforma em espaço de crítica social e afirmação identitária.

A própria escrita coletiva desse *e-book* confirma a força desse movimento. Mais do que um produto final, ele se constituiu como resposta política, pois permitiu que estudantes se apropriassem da interseccionalidade não apenas como conceito analítico, mas como prática cotidiana de resistência e reexistência.

Esse gesto se alinha ao que Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020) identificam no ativismo das mulheres negras: a capacidade de articular engajamento comunitário e a produção de saberes críticos como forma de enfrentamento às múltiplas desigualdades. Assim, a experiência da rede estadual dialoga com essas tradições insurgentes ao propor uma pedagogia que legitima vozes historicamente silenciadas, amplia repertórios e reafirma a escola como território de justiça social e transformação.

Outra experiência significativa foi a utilização de *blogs* como estratégia de mediação literária em uma turma de 3º ano do Ensino Médio de uma escola do interior da Bahia. A atividade, acompanhada pela coordenação pedagógica e sistematizada na forma de artigo científico, demonstrou que a tecnologia pode rasurar práticas de leitura tradicionalmente centradas no cânone, abrindo espaço para produções da literatura afro-brasileira e periférica.

Ao mobilizar estudantes como leitores-autores em uma plataforma digital, a experiência respondeu ao alerta de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) sobre o risco da “história única” e reafirmou, na perspectiva de Antônio Cândido (2004), a literatura como um direito humano. O *blog*, nesse sentido, tornou-se não apenas um recurso didático, mas um espaço de insu rgência, onde jovens puderam registrar suas percepções e tensionar discursos hegemônicos. O projeto de extensão “Escola como espaço de resistência” amplia essa compreensão ao propor ações interdisciplinares em uma escola estadual do interior baiano, durante um ano letivo. Oficinas de leitura, rodas de conversa, práticas culturais, minicursos e atividades de audiovisual foram organizados como práticas pedagógicas decoloniais, nas quais a escola deixou de ser um lugar de reprodução e passou a se consolidar como locus de (re)existência.

De acordo com Akotirene (2019, p. 28), “não apenas o racismo precisa ser encarado como problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras”. Assim, pensar a escola como espaço de resistência exige ampliar o olhar sobre opressões múltiplas e interconectadas, promovendo uma educação inclusiva, que considere as clivagens de raça, gênero, classe e deficiência.

A experiência de formação continuada com docentes do Ensino Fundamental II registrada no material “Faça Bonito Sempre” evidenciou que práticas de leitura e escrita ancoradas em uma perspectiva antirracista não se restringem à inserção de novos conteúdos, mas transformam a própria lógica de poder presente na sala de aula.

Segundo Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020, p. 46), os casos interseccionais revelam que as relações de poder se articulam em múltiplas dimensões, estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal, o que obriga a pensar a prática pedagógica como atravessada por esses domínios. No encontro com os professores, a discussão sobre racismo estrutural, linguagem e currículo explicitou como o sexismo e o racismo operam simultaneamente, e como a escola pode tanto reproduzir essas opressões quanto se constituir em espaço de resistência e denúncia.

Esta proposta pedagógica fortalece essas possibilidades didáticas ao evidenciar que professores do Ensino Fundamental II, quando provocados a refletir sobre suas práticas, reconhecem-se como agentes políticos capazes de tensionar relações de poder que atravessam o cotidiano escolar.

Nesse sentido, a formação mostrou que a interseccionalidade precisa ser vivida na prática pedagógica como eixo estruturante, já que, como afirmam Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020, p. 46), as relações de poder interseccionais se expressam em múltiplas dimensões: estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal.

O enfrentamento dessas dimensões esteve presente nas discussões e produções realizadas, que deslocaram o foco da simples atualização de conteúdos para a construção de um projeto político-pedagógico crítico e engajado.

Sob essa perspectiva, o trabalho formativo em rede se aproxima das reflexões de Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020), ao destacar que a interseccionalidade não é apenas categoria de análise, mas ferramenta política para reorientar significados e reposicionar identidades.

A prática pedagógica ganha, assim, uma dupla função: de um lado, tensiona as ideologias naturalizadas no vocabulário cotidiano e nos materiais didáticos; de outro, favorece a emergência de novas vozes e narrativas, como no caso do *e-book* “Faça Bonito Sempre”, que reúne experiências docentes.

Essa produção coletiva se configura como resposta política, na medida em que o ativismo educacional assume contornos semelhantes ao movimento de mulheres negras no Brasil, que souberam articular engajamento comunitário e produção de saberes críticos como estratégias de enfrentamento às múltiplas formas de desigualdade social (COLLINS E BILGE, 2020).

As práticas apresentadas permitem sugerir algumas possibilidades didáticas para a atuação em sala de aula e na coordenação pedagógica: (i) a produção de *e-books* coletivos,

reunindo poesias, relatos e narrativas de vida, que valorizem o protagonismo estudantil; (ii) o uso de *blogs* e redes digitais para resenhas, críticas e divulgação de obras afro-brasileiras, ressignificando o lugar da leitura; (iii) a organização de feiras culturais e projetos interdisciplinares anuais, em diálogo com as Leis 10.639/03 e 11.645/08; (iv) o fortalecimento de atividades no contraturno escolar, como clubes de leitura, oficinas de rap, rodas de conversa e práticas de cinema e *slam*, que potencializem a identidade cultural e a criticidade; e (v) processos avaliativos que privilegiem portfólios e autoavaliação, em lugar de provas meramente classificatórias (vi) experiência de formação continuada registrada no material “Faça Bonito Sempre”.

Essas sugestões demonstram que uma prática pedagógica orientada pela interseccionalidade não se resume à soma de marcadores identitários, mas, como analisa e lembra Carla Akotirene (2019, p. 27), “as condições estruturais que atravessam corpos e subjetividades”.

Ao legitimar as vozes de estudantes e professores negros, ao valorizar a cultura popular e ao tensionar currículos excludentes, a escola se afirma como território de justiça social, produção de conhecimento e transformação.

### **Educação Antirracista e Interseccionalidade: caminhos didáticos possíveis**

As limitações das disciplinas tradicionais em abordar raça, classe e gênero de forma separada ajuda a iluminar o desafio contemporâneo das escolas brasileiras diante da implementação da Lei nº 10.639/2003 (COLLINS E BILGE, 2020).

A obrigatoriedade de incluir a história e a cultura afro-brasileira no currículo não pode ser reduzida à inserção pontual de conteúdos, mas deve ser entendida como eixo de reorganização pedagógica e curricular. A interseccionalidade oferece novas direções para pensar práticas didáticas que valorizem a diversidade e tensionem as estruturas de poder que historicamente silenciaram vozes negras, indígenas e periféricas.

Nesse horizonte, ao adotar a interseccionalidade como referência, as práticas de leitura ganham força ao possibilitar que estudantes encontrem nos textos reflexos de suas próprias realidades. A literatura afro-brasileira, quando inserida de forma planejada no currículo, amplia a

representação cultural e favorece a identificação dos alunos com personagens, autores e contextos historicamente marginalizados.

Essa inserção não depende de grandes recursos, mas de escolhas pedagógicas conscientes, que podem se concretizar em atividades como rodas de leitura, clubes literários ou projetos interdisciplinares integrados às disciplinas já existentes.

Além disso, a viabilidade dessas propostas está em concebê-las como práticas contínuas e diversificadas, que reconhecem as diferenças sem reduzi-las a um padrão único. Trabalhar com *blogs* escolares, *podcasts*, produções audiovisuais ou *e-books* coletivos são alternativas acessíveis que valorizam a autoria dos estudantes e dialogam com a cultura digital em que já estão inseridos. Ao invés de uniformizar experiências, essas ações permitem que cada grupo produza e compartilhe suas narrativas, fortalecendo o espaço escolar como território plural e democrático.

Nessa mesma direção, a adoção dessa perspectiva exige propostas que superem o isolamento disciplinar e que promovam diálogos entre diferentes áreas do conhecimento. Experiências com literatura afro-brasileira, história da África, práticas artísticas e sociologia das relações raciais demonstram que a aprendizagem se fortalece quando integra dimensões cognitivas, estéticas e políticas. Além disso, metodologias ativas, o uso de TDIC e projetos interdisciplinares possibilitam que estudantes se reconheçam como sujeitos de suas narrativas, construindo repertórios críticos e ressignificando a leitura como prática emancipatória.

Assim, a interseccionalidade se consolida não apenas como lente teórica, mas também como prática pedagógica que orienta a mediação docente em sala de aula. Ao propor clubes de leitura, *blogs* literários, oficinas de *slam*, feiras culturais e *e-books* coletivos, as escolas avançam para além do cumprimento da legislação, tornando-se espaços de (re)existência e de valorização das múltiplas vozes que compõem a realidade social.

Por consequência, a escola pública reafirma seu papel de território de resistência e justiça social, capaz de formar leitores críticos e conscientes. Esse movimento, ancorado na educação antirracista, não só legitima experiências históricas invisibilizadas, mas também constrói caminhos didáticos possíveis para uma prática pedagógica que alia a Lei nº 10.639/2003, a cibercultura e a interseccionalidade como fundamentos de uma formação cidadã transformadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, com o objetivo de analisar práticas pedagógicas voltadas ao ensino da leitura literária digital, com ênfase na literatura afro-brasileira e nas diretrizes da Lei nº 10.639/03. A investigação se concentrou na análise de materiais disponíveis em plataformas digitais, blogs educacionais, documentos curriculares, produções docentes e artigos científicos que tratavam da integração entre literatura, tecnologia e educação antirracista.

O *corpus* da pesquisa foi composto por textos literários afro-brasileiros amplamente acessíveis em formato digital, documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), a própria Lei nº 10.639/03, e recursos pedagógicos compartilhados por educadores em ambientes virtuais.

Observou-se que, apesar da crescente digitalização dos conteúdos educacionais, a literatura afro-brasileira ainda era pouco difundida nesses contextos, sendo frequentemente substituída por obras do cânone literário hegemônico. Essa constatação reforçou a necessidade de investigar como a mediação pedagógica pôde atuar na ampliação do acesso e na valorização dessa produção literária.

A análise dos dados foi realizada por meio de um exame crítico e sistemático do material bibliográfico e digital selecionado, de forma a identificar categorias que revelaram como a literatura afro-brasileira vinha sendo trabalhada em ambientes digitais e de que maneira essas práticas dialogavam com propostas pedagógicas contemporâneas. Esse processo de análise buscou evidenciar aproximações, tensões e possibilidades de ressignificação da leitura literária no contexto escolar, favorecendo a compreensão de sua dimensão formativa e emancipatória.

A investigação também procurou evidenciar as estratégias que foram utilizadas para integrar as obras afro-brasileiras ao cotidiano escolar, bem como as possibilidades de articulação entre essas narrativas, os recursos tecnológicos e os princípios de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e a valorização da diversidade cultural.

O aporte teórico se sustentou nos estudos de Antônio Candido (2004), que defendeu a literatura como direito fundamental e como elemento estruturante da formação humana; de Aníbal Quijano (2005), que discutiu a colonialidade do saber e a urgência da descolonização curricular; de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que alertou para os riscos da homogeneização

narrativa e da “história única” no processo de formação de subjetividades; de Carla Akotirene (2019), que evidenciou a interseccionalidade como chave analítica para compreender os atravessamentos simultâneos de raça, gênero e classe na escola; de Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020), que aprofundaram o conceito de interseccionalidade em suas múltiplas dimensões de poder; e de autores como Lúcia Santaella (2004), Maria de Fátima B. da Cruz (2012), Isa Mestre (2017) e Byung-Chul Han (2020), cujas contribuições auxiliaram na compreensão das dinâmicas da cibercultura, dos desafios da mediação docente e dos usos pedagógicos das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

Ao investigar blogs e outras plataformas digitais como espaços de circulação e promoção da literatura afro-brasileira, a pesquisa identificou experiências que contribuíram para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, pluralistas e representativas da diversidade cultural brasileira. Assim, ao retomar os objetivos delineados na introdução, o estudo evidenciou que a integração da literatura afro-brasileira ao contexto digital e escolar se configurou como um caminho promissor para a construção de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e a valorização da diversidade cultural, cumprindo, portanto, as pretensões inicialmente propostas pela investigação.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC; SEB, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) Acessado em 20 de julho. 2023.

CÂNDIDO, Antônio, **O direito à literatura**. Vários escritos. 4 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas cidades. Ouro sobre Azul, 2004.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HAN, Byung-Chul. A sociedade da informação. *In: Sociedade da transparência*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2020. p. 43-46.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. ed. – 7. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

MESTRE, Isa. Literatura digital: a reconfiguração do leitor, os desafios e a urgência de novas literacias. **Revista Programa de pós-Graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora**. , v 11, n 3, p 1-0, set/dez, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: Edgardo Lander (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.